



Revista FAMECOS: mídia, cultura e  
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul  
Brasil

Aidar Prado, José Luiz  
Política do acontecimento

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 20, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp.  
495-520

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551014014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

# FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Subjetividades

## Política do acontecimento<sup>1</sup>

*The politics of event*

JOSÉ LUIZ AIDAR PRADO

Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.  
[aidarprado@gmail.com](mailto:aidarprado@gmail.com)

### RESUMO

Partindo de uma síntese das teorias do acontecimento, realizada por Vera França, proporemos uma releitura do acontecimento a partir da teoria de Alain Badiou, para quem esse conceito encarna uma ruptura nos estados das coisas, a partir da qual se constitui um sujeito e um processo de verdade que não podem ser compreendidos sob as categorias dos saberes que presidem à situação. Nessa perspectiva, é possível considerar que o conceito pós-fundacional de acontecimento deve nos levar a colocar como *parti pris* que nem tudo é discurso, pois há algo da ordem do acontecimento, o que conduz a pensar numa configuração do político em processos que fazem romper o estado da situação e a propor uma teorização conceitual da relação entre discurso e acontecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento; Discurso; Política.

### ABSTRACT

Starting from a summary of the theories of the event by Vera França, we propose a reinterpretation of the event based on the theory of Alain Badiou, for whom this concept embodies a break in the state of affairs, from which a subject and a process of truth are constituted that cannot be included in the categories of knowledge that underpin the situation. From this perspective, it is arguable that the post-foundational concept of event should lead us to postulate as *parti pris* that not everything is discourse, for there is something in the order of the event that leads one to think of a political configuration concerning processes that break the state of affairs and to propose a conceptual theorization of the relationship between discourse and event.

KEYWORDS: Event; Politics; Discourse.

Vários estudos no campo da comunicação têm desenvolvido o conceito de *acontecimento* para tematizar as narrativas jornalísticas. Há vários modos de se conceituar o acontecimento nesses estudos. Vera França apresenta, em um livro por ela co-organizado (França e Oliveira, 2012), uma síntese dessas posições. Parte dos estudos trata o acontecimento como *fato noticiável*, carregado de valor-notícia, enfatizando a carga referencial do jornalismo, que aposta na força do ato constatativo, visando o ideal do objetivismo. Para esta teoria, o acontecimento tem natureza empírica.

Na França, há duas outras tendências, para além desse jornalismo referencial, conforme nos indica Vera França (2012): as teorias construtivistas e as ritualísticas. As construtivistas apreendem e explicam o acontecimento enquanto construção midiática, fundando-se na ideia de que

“

[...] os acontecimentos que nos são apresentados pela mídia não são imagens puras e simples daquilo que se passa no mundo, não são espelho do mundo, mas o resultado de um processo socialmente organizado e regulado, de formatação, encenação e atribuição de sentido às informações.”

(Queré , 2012, p. 41)

A França interessa essa perspectiva na medida em que o acontecimento é entendido nesse caso, enquanto *narração* do fato, ao tomá-lo como forma discursiva: “ele seria resultado da transformação sofrida pelas ocorrências quando traduzidas discursivamente” (Queré, 2012, p. 41). Ou seja, não se encontra o acontecimento pronto fora das superfícies em que estão inscritos: como diz Verón, citado por França,

“eles apenas existem na medida em que são construídos pelos meios”. Nesse caso, os acontecimentos “não pré-existem ao processo de construção midiática” (Verón apud França, 2012, p. 41). Recorrendo a Mouillaud, Vera França enfatiza que

“

*[...] não existe de um lado o real, de outro, no espaço da mídia, a informação – esta última penetra e atua no real, enquanto ferramenta de leitura e de extração. O acontecimento seria aquilo que o paradigma da informação seleciona e formata enquanto tal.”*

(França e Oliveira, 2012, p. 42)

A narração e a discursivização implicam, portanto, a performatização no jornalismo: o jornalista não apresenta somente um fato empiricamente verificável, mas fato narrado, pois, ao lado da proposição (constatativa) que o apresenta, o jornalismo faz fazer, faz saber, ou seja, modaliza os sujeitos enunciatários, de modo que o mundo nunca é mostrado tal qual é, mas tal qual é apresentado no ato de fala (Prado, 2008, 2005; Butler, 1997; Austin, 1962). Aliás, seria o caso de afirmar que o mundo tal qual é, sempre se apresenta em múltiplas versões que competem por hegemonia. Como já desenvolvido em trabalhos anteriores, a partir de uma carga referencial, o jornalismo fala sobre os mundos sociais, fazendo circular discursos, mas, ao mesmo tempo, constrói e inventa mundos, apresenta uma carga ritualizada ritualizante, que depende de uma ficcionalização do real (Prado, 2008, 2005).

Na visão de França, a abordagem construtivista peca por excesso, ao atribuir todo o poder à dinâmica instituidora da mídia,

“ [...] negligenciando a força intrínseca de algumas ocorrências na sua capacidade de afetar a vida pública, bem como a capacidade agenciadora dos sujeitos sociais, que interagem – e não apenas reagem – à intervenção midiática. O construtivismo alcança, por esse viés, sua limitação, estimulando e propiciando análises discursivas apartadas da dinâmica social mais ampla, desviando o foco da avaliação do próprio acontecimento, e promovendo, no final das contas, uma abordagem midiacêntrica.”

(França, 2012, p. 42)

A outra abordagem estudada por França é a ritualística, em que os *media* tratam eventos como grandes cerimônias – Elihu Katz e Daniel Dayan (1992) os chamam *media events* –, enfatizando o revestimento ceremonial que o evento recebe, como

“ [...] a beatificação do Papa, a abertura de uma Copa do Mundo de Futebol, o casamento do príncipe de Gales, como também acontecimentos de natureza mais prosaica e que, não obstante, recebem um tratamento ritualizado por parte da mídia, sendo vividos como tal pela sociedade. Lembremos, por exemplo, do milésimo gol de Pelé.”

(França, 2012, p. 43)

A abordagem ritualística é um desdobramento da anterior, na medida em que também é narrativa, ao tratar um funeral como uma grande festa popular, como

ocorreu, por exemplo, na morte de Tancredo. Trata-se de discursivizar o evento, com forte componente construtivista. Como diz França,

[...] assim como a construtivista, a ritualística substitui o acontecimento pela maneira como ele é tratado, pelo revestimento cerimonial que recebe. A diferença é que a configuração ritualística promove uma suspensão temporal do acontecimento; construído na forma de ritual, ele é inscrito numa serialização que ultrapassa o tempo presente e, numa fusão de tempos, se transforma na repetição (retorno) de um ato fundador. Além disso, a abordagem construtivista enfatiza sobremaneira os elementos discursivos; já na segunda perspectiva (ritualística), o processo de ressignificação do evento se dá pela interposição de formas sociais cristalizadas – seu reconhecimento é marcado por referências compartilhadas pela sociedade e fortemente simbolizadas. Visto dessa maneira o acontecimento perde sua individualização, seu ‘elemento irreduzível’, sua capacidade própria de afetação.”

(França, 2012, p. 44)

Para França, essas abordagens do acontecimento limitam-se “a tratar as diferentes formas de revestimento, de configuração e reconfiguração das ocorrências, esvaziando a identificação e tratamento do próprio acontecimento” (França, 2012, p. 45), ou seja, tais abordagens se concentram nos aspectos de linguagem e de discurso e deixam de tratar o aspecto de ruptura social trazido e engendrado pelo acontecimento, que apresenta uma intensa dinâmica ao engajar os sujeitos em seus desdobramentos cotidianos, com forte componente imaginário e simbólico. Não é possível, na visão de

França, portanto, tratar o acontecimento somente a partir da análise de suas formas discursivas ou ritualísticas. Ela enfatiza que

“

[...] um acontecimento acontece, e acontece com pessoas e na organização da vida de uma sociedade ou de um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – ou não – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo. [...] Ele não significa apenas quando se faz discurso, mas é ele que tensiona os sentidos existentes, demanda ser compreendido e impulsiona o processo de semiotização dentro do qual ele passa a uma outra fase de sua existência.

(França, 2012, p. 45)

É preciso lembrar, por outro lado, que uma abordagem discursiva consistente deveria levar em conta não apenas os *textos* em suas análises, mas também os contextos sociais em que esses textos afloram, bem como as dinâmicas de produção e formação dos discursos. Afinal, as práticas sociais também são discursos ou, pelo menos, tem um forte componente discursivo, podendo ser estudados semioticamente. Segundo Fairclough (2001), a abordagem discursiva deve levar em conta três níveis: o do texto propriamente dito (a semiose), o da prática discursiva (a distribuição e circulação nos dispositivos comunicacionais) e a prática social (ideologia e hegemonia).

## Discurso e acontecimento

O que França critica nas duas abordagens, a construtivista e a ritualística, é a ênfase no aspecto discursivo, sem levar em conta as práticas discursivas e sociais, que permitiriam levar a sério a ruptura que o acontecimento provoca. França, citando Mouillaud, afirma que os acontecimentos não são apenas o resultado do trabalho da informação e a realidade não é apenas a matéria-prima facetada pelo dispositivo midiático. Assim,

“

[...] explicar a comunicação pela comunicação, o discurso midiático pela própria mídia é neutralizar as demais esferas da vida da sociedade, e obscurecer o real papel das práticas comunicativas – sua natureza constituinte e constituída, sua inserção complexa na trama social.”

(França, 2012, p. 45)

Para França, trata-se de alcançar a articulação entre “o potencial de afetação do real (do mundo das coisas concretas) e os sujeitos que se vêem afetados, agem – e falam – em consequência” (França, 2012, p. 45). Para França, isso não é realizado pela análise discursiva, que fica concentrada nos textos e perde a dinâmica social. A saída proposta por França é a de Queré, em que o autor busca ressaltar o poder hermenêutico do acontecimento, enquanto “ocorrência desencadeadora de sentidos”, o que exige do pesquisador analisar *além* do discurso: é preciso “perceber os discursos dando forma, configurando, organizando sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções” (França, 2012, p. 46).

No caso estudado por Vera França no começo dos anos 90, das reportagens do *Estado de Minas* sobre os “pivetes” que cortavam cabelo das moças para venda, suspeitou-se, posteriormente, “de que a história do corte de cabelo das moças nunca teria efetivamente ocorrido – que tudo poderia ter sido apenas uma invenção (uma fabulação) que tomou forma e se autonomizou enquanto relato”. Isso não significa que não teria havido acontecimento, pois “mesmo assim, sem dúvida algo existiu, dando fundamento à construção da intriga”:

“

*Não me cabe e eu não poderia dizer quais foram os fatos, as efetivas ocorrências. Certamente foi um conjunto delas, configurando, no seu todo, um acontecimento – que fez falar, suscitou diferentes discursos, levantou dúvidas e indagações, alterou hábitos (as pessoas, sobretudo as moças, ficaram mais temerosas e cuidadosas no centro da cidade), provocou ações (a intervenção da polícia, dos defensores dos direitos das crianças e adolescentes).“*

(França, 2012, p. 46)

Para França, limitar o trabalho analítico à *construção discursiva do fato* (grifo meu) “não diria muita coisa do que estava acontecendo”. A questão que se coloca é: trata-se de ir efetivamente além do discurso? As análises discursivas consistentes deveriam reconstruir a dinâmica entre o surgimento do ponto de ruptura do acontecimento e a produção de sentidos sociais. Na visão que aqui defendemos de discurso, não se trataria de ir além dos discursos, mas de entender, através de seu estudo, como surgem os textos, como eles interpretam os acontecimentos, como as dinâmicas sociais

fazem circular discursos, e, como se dá o enfrentamento entre diferentes discursos a partir do antagonismo social. Quando Laclau fala em hegemonia, pensa justamente na dinâmica social em que diferentes visões se chocam para disputar o “verdadeiro” sentido do “real”, dos “fatos”. Trata-se, nesse nível, de regimes de instauração da veridicidade e não da verdade, como diriam os semioticistas. O real dos fatos não é tematizável, apenas sua simbolização, que é sempre falha, sempre parcial e disputada por diferentes agentes sociais.

Aqui caberia uma distinção importante entre as teorias mais tradicionais de análises discursivas e aquelas mais radicais, como a de Laclau e Mouffe, de sentido político mais aguçado, voltadas à tematização das fronteiras políticas e ao “desenvolvimento de uma tipologia de relações entre tipos de formação de fronteiras e subjetividade política” (Norval, 2000, p. 219). Laclau e Mouffe criaram novos meios de delimitar identidades a partir do conceito de fronteiras políticas: “é através da consolidação ou dissolução de fronteiras políticas que as formações discursivas em geral, e mais especificamente as identidades políticas e sociais, são construídas ou fragmentadas” (Norval, 2000, p. 220). Com isso, esses autores tentam reverter uma tendência de subordinar o político ao social, que se deu no século 20.

As fronteiras são constitutivas do político e têm caráter simbólico, mas não se trata de “um simbolismo que reveste uma identidade natural, real” (Marchart, 2009, p. 179); elas organizam o espaço político a partir da lógica da equivalência e da diferença. Segundo Laclau e Mouffe, as diferenças<sup>2</sup>, no jogo de disputa de sentidos buscados pelos diferentes discursos que circulam nos mundos sociais, vão sendo absorvidas e transformadas e, consequentemente, domesticadas, passando a fazer parte de um discurso mais amplo, que se torna hegemônico. Assim sendo, se tal projeto hegemônico tem sucesso, daí resulta uma “diminuição do potencial antagonista dos elementos excluídos remanescentes e numa ampliação do bloco hegemônico”

(Norval, 2000, p. 220). Um exemplo desse processo é a Revolução Francesa, em que o conceito de povo foi ampliado, criando-se uma fronteira que o separa do conjunto dos inimigos do povo:

“

*O sistema de equivalências definindo ‘o povo’ se baseava na lógica jacobina que estabelecia equivalências entre os valores da liberdade e da igualdade, a nação que encarnava esses valores e os indivíduos que tinham de implementá-los. Essa cadeia de equivalências transformou indivíduos isolados em uma entidade coletiva, o povo, tornando-os a suprema fonte de legitimação e o único agente da Revolução. Contudo, somente a ideia de povo não podia produzir energia revolucionária; era necessário um inimigo e aqui a noção de um ‘complô aristocrático’ foi introduzida. O ‘complô aristocrático’ era expansível e incluiu não somente a aristocracia, mas também a autoridade real e a velha sociedade.”*

(Norval, 2000, p. 220)

### O acontecimento e o político

De nosso ponto de vista, não se trata somente da construção do acontecimento em suas várias interpretações, ganhando dinâmica social, para o que certamente a abordagem discursiva é relevante. A questão é de ordem constitutiva do espaço político, como vimos acima. Os discursos operam a partir da fragmentação do social e da disputa de vida e morte para aplacamento de diferenças, considerado o antagonismo que subjaz ao mundo social. A partir de que pontos nodais as várias interpretações disputam os sentidos do acontecimento? Cada versão parcial totaliza o acontecimento a partir

de uma visada, produzindo aparentemente vários acontecimentos, tornando plural algo que estaria ligado a um fato primeiro, que se esfumaça. Um mesmo relâmpago no céu pode significar, como nos diz Laclau, um aviso de um deus para religiosos ou indicação de uma terrível tempestade para o cidadão comum.

O jornalismo entra nessa luta sempre a partir de uma posição, sempre inserido em discursos específicos. Ele não está fora do antagonismo, o que o impede de cumprir o ideal objetivista de ser fiel ao fato. Isso ocorre por duas razões: a) os fatos são produzidos dentro da arena das partes em conflito e seus respectivos discursos; b) não há posição social neutra, fora da divisão política dos subconjuntos-mundos sociais. Em outras palavras, trata-se de pensar o acontecimento não a partir de uma análise discursiva ou semiótica que incida somente nos textos, mas também nas práticas discursivas e sociais, que buscam compreender como os discursos entram em contenda para dar sentido aos mundos sociais.

Outro autor que trabalha a partir de uma arqueologia do discurso é Foucault, ao salientar a necessidade de se mudar o modo de fazer a história a partir dessa dinâmica das formações discursivas, de modo a não ficar restrito à interpretação hermenêutica<sup>3</sup>:

“

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental unidades, conjuntos, séries, relações.”

(Foucault, 2009, p. 7)

Da mesma forma que Foucault, no trecho acima, redefine *documento* a partir de uma arqueologia discursiva, a visão do acontecimento não como um fato empírico inerte, ou um fato interpretado, marcado numa linha do tempo, nos leva a uma abordagem arqueológica, em que se busca construir séries e relações que devem ultrapassar uma hermenêutica do sentido. O jornalismo que reifica os fatos faz com que a história seja uma visão de monumentos, enquanto a visada do acontecimento não reifica a facticidade do fato. A objetividade construída pelo jornalismo é a naturalização dos antagonismos, apagando, em consequência, a dinâmica conflituosa que constitui as próprias divisões internas aos mundos sociais. A relação do pesquisador com a história deveria, segundo essa versão, considerar a dinâmica social de tematização dos fatos em seus aspectos discursivos, no sentido da arqueologia (na concepção de França, isso implicaria em não nos restringirmos a uma análise discursiva tradicional, que incide na análise pontual dos textos).

De fato, as abordagens discursivas, se demasiado concentradas com a formalização do discurso, se detêm na engenharia textual e semiótica e deixam de considerar a dimensão acontemental do acontecimento, sua dinâmica de ruptura, os conflitos envolvidos entre as partes e parcelas do social. É preciso, portanto, ultrapassar a perspectiva empirista que pensa um jornalismo que reivindica a *primazia dos fatos*, mas também a perspectiva que coloca todas as energias analíticas no texto em si, como se nada houvesse fora do texto. Nessa perspectiva, como diz Alain Badiou, é preciso ultrapassar a atual ideologia que afirma que “Não há mais que corpos e linguagens”, característica proposição de um materialismo democrático (ou pós-moderno), de modo a postular que “Não há mais que corpos e linguagens, senão que há verdades”. Essas verdades são “corpos incorpóreos, linguagens desprovidas de sentido, infinitos genéricos, suplementos incondicionados. Advêm e permanecem suspensas, como a consciência do poeta, ‘entre o vazio e o acontecimento puro’” (Badiou, 2008, p. 20). A

verdade é, portanto, um terceiro termo, não um suplemento aos corpos e às linguagens. A verdade não está no discurso, mas no processo acontecimental.

Em termos de arqueologia do acontecimento trata-se de construir séries a partir das quais se encadeiam os significantes que definem as totalizações discursivas e os sentidos se produzem. Além disso, diferentes totalizações disputam qual é o “verdadeiro” sentido do acontecimento. Assim, concordamos com França quando afirma que o acontecimento desorganiza o presente, “instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (França, 2012, p. 47).

Para França, a ocorrência de um acontecimento representa um momento relevante no desenvolvimento da vida de uma sociedade, “descortinando níveis velados da vida social, apontando possibilidades, suscetibilizando, mobilizando, provocando reações e mudanças” (França, 2012, p. 48). Mas será que isso vale para tudo o que ocorre? Vale para todos os “fatos” que entram numa cadeia discursiva produzindo sentidos novos e participando de conflitos e discussões que muitas vezes se disseminam por grandes setores da sociedade? Segundo França, acontecimentos conformam nossa experiência, “revelam o tecido vivo da vida social. Eles não apenas fazem falar: eles colocam questões, revelam aspectos, abrem possibilidades” (França, 2012, p. 48).

Em outras palavras, eles têm o potencial do novo, são geradores de informações, perturbadores dos quadros. Devemos nos perguntar não apenas

[...] pelos sentidos abertos pelo acontecimento, mas também pela sua incidência; para além da desorganização que ele provoca, também pela reorganização, pela modificação de quadros de sentido, pelo estabelecimento de novos níveis de aprendizado – por um outro patamar de experiência. É desta maneira que o conceito de acontecimento se torna não apenas descritivo, mas também problematizador.”

(França, 2012, p. 49)

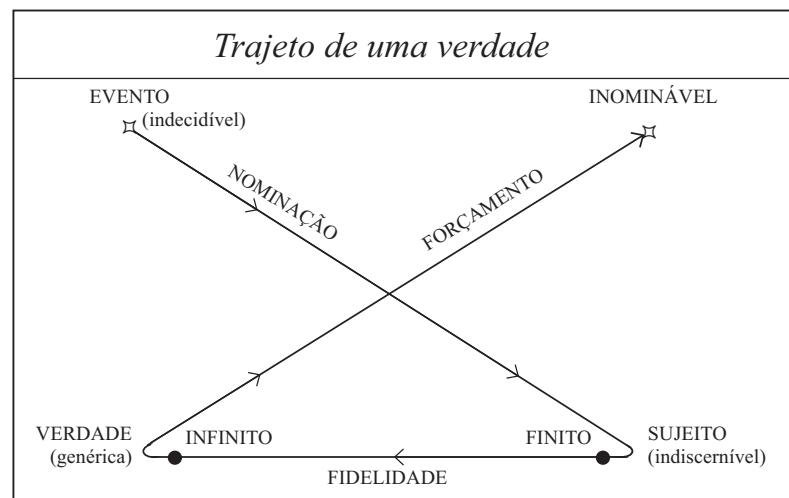
França considera que o acontecimento “suscita a não-conformação, a renovação”. Mas será que tudo o que agita a sociedade e que repercute nos *media*, de modo menos ou mais intenso, deveria ser considerado acontecimento? Será que qualquer evento que “quebra uma sequência”, “desorganiza nosso presente” e “gera uma interrogação” deveria ser chamado de acontecimento?

### O acontecimento segundo Alain Badiou

A seguir, tematizarei essa *novidade* do acontecimento, agregando uma abordagem conceitual em que esse aspecto seja melhor apreciado. Para isso, recorrerei à teoria do acontecimento (ou evento), de Alain Badiou, que nos dá uma visão política aguda, para além da dimensão discursiva, avaliando devidamente o potencial de ruptura do acontecimento e diferenciá-lo de outros eventos, de caráter mais reformista ou mesmo reacionário.

Quais acontecimentos realmente anunciam o novo? Como sabê-lo? Para apresentar a teoria de Badiou, partiremos de um grafo (Fig. 1) que ele apresenta no livro *Para uma nova teoria do sujeito* (1994), que copiamos a seguir.

**Figura 1** – Trajeto de uma verdade  
(Badiou, 1994, p. 45)



Em primeiro lugar, Badiou distingue verdade de saber: este se repete, se transmite, enquanto a verdade é percurso do que rompe com a repetição estabelecida pelos estados de coisas, pela polícia (no sentido de Rancière). A verdade não é juízo sobre o mundo, proposição empiricamente adequada a um estado de coisas, mas processo que rompe com o repetido, que inaugura uma ruptura no saber e inicia um novo processo na arte, no amor, na política ou na ciência.

“

*Para que uma verdade afirme sua novidade deve haver um suplemento. Esse suplemento é entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável. Ele está além daquilo que é. Eu o chamo de um evento. Uma verdade surge, em sua novidade, porque um suplemento advém e interrompe a repetição.*

(Badiou, 1994, p. 44)<sup>4</sup>

Com as regras do saber estabelecido, não é possível decidir se um evento faz parte de uma situação, pois o evento não é calculável a partir dela:

“

*nenhuma regra permite decidir que o evento é um evento. Nada permite dizer: aqui começa a verdade. Será preciso fazer uma aposta. É por isso que uma verdade começa por um axioma de verdade. Ela começa por uma decisão, a decisão de dizer que um evento teve lugar.*

(Badiou, 1994, p. 45)

Em outras palavras, é de dentro de uma situação que surge a aposta. O evento é, portanto, indecidível, como vemos no grafo anterior. É por isso que aparece um sujeito ligado ao evento: ele surge quando alguém enuncia a aposta no evento: “isso teve lugar, não o posso calcular nem mostrar, mas lhe serei fiel”. Para Badiou, “um sujeito é primeiramente aquilo que fixa um evento indecidível, porque assume o risco de decidi-lo”. Em seguida vem o exercício da fidelidade, cujo trajeto não é regulado: “trata-se de um trajeto feito ao acaso, ou sem conceito” (Badiou, 1994, p. 45). A escolha se faz entre termos indiscerníveis, porque fora dos saberes disponíveis na situação. “O indiscernível organiza o puro ponto do sujeito no processo de verificação da verdade”. O ato desse sujeito “in-diferente é o ato local de uma verdade. Ele consiste em uma pura escolha entre dois indiscerníveis” (Badiou, 1994, p. 46). A verdade é infinita, mas o sujeito, por ser local, é finito. Badiou explica isso:

“

*Por exemplo, a obra de Sófocles é um sujeito para essa verdade artística que é a tragédia grega, verdade começada pelo evento Esquilo. Essa obra é criação: escolha pura naquilo que, antes dela, é indiscernível. E ela é uma obra finita. No entanto, a própria Tragédia, como verdade artística, prossegue até o infinito. A obra de Sófocles é um sujeito finito dessa verdade infinita.”*

(Badiou, 1994, p. 46)

Mas prossigamos com Badiou: esse trajeto verificante prossegue e “circunscreve sua situação por escolhas sucessivas. Pouco a pouco desenha-se assim o contorno de um subconjunto da situação, em que o axioma do evento verifica seus efeitos”. Esse

subconjunto é intotalizável, chamado de genérico, porque “não se pode construir ou nomear na língua. Chamamos tais subconjuntos genéricos. Digamos que uma verdade, se a supomos acabada, é genérica” (Badiou, 1994, p. 47).

*O sujeito pode fazer a hipótese de um universo em que essa verdade teria acabado em sua totalização genérica. A hipótese antecipante quanto ao ser genérico de uma verdade, eu a chamo de forçamento. O forçamento é a potente ficção de uma verdade acabada. A partir de tal ficção, posso forçar saberes novos, mesmo sem ter verificado esses saberes. [...] A construção de uma verdade se faz pela escolha no indiscernível. Ela se faz localmente, no finito. Mas a potência de uma verdade sustenta-se no forçamento hipotético. Ela consiste em dizer: ‘Se a infinidade genérica de uma verdade é suposta como acabada, então tal ou qual saber deve ser imperativamente transformado.’*

(Badiou, 1994, pp. 48-49)

Não se pode forçar todos os saberes envolvidos em uma verdade, pois há um ponto inominável da situação, um ponto real que resiste a esse forçamento, um ponto inforçável.

*O inominável é alguma coisa como o real indizível de tudo o que uma verdade autoriza a dizer. Vejamos um exemplo. A matemática é dedução pura. Supõe-se sempre que ela não contém nenhuma contradição. Ora, Gödel mostrou que é impossível demonstrar em uma teoria matemática que essa teoria é não-contraditória. Uma verdade matemática não pode, pois, forçar a não-contradição das matemáticas. Dir-se-á que a não-contradição é o inominável da matemática. Por conseguinte, uma ética razoável das matemáticas é a de não querer forçar esse ponto.”*

(Badiou, 1994, p. 49)

Para Badiou a ideia de encontrar o novo em uma situação é central:

“ minha única pergunta filosófica é a seguinte: podemos pensar que há algo novo em uma situação? [...] O sistema filosófico que elaborei [...] está subordinado a essa pergunta e não a outra. [...] Por suposto que para pensar o novo em uma situação temos de pensar primeiro a situação, temos de pensar o que é a repetição, o que é o anterior, e ao fim de tudo isso temos de pensar o que é novo.”

(Badiou apud Bosteels, 2010, p. 11)

Sob esta perspectiva de Badiou, há a ordem ontológica positiva, caracterizada pela multiplicidade do que se apresenta em nossa experiência. Essa multiplicidade é caracterizada em gêneros e espécies, como diz Žižek (2000). A apresentação do múltiplo puro, antes, portanto, de ser simbolicamente estruturado, implica uma contagem dos elementos em conjuntos, que Badiou chama de conta-por-um. Dada uma propriedade expressa por uma fórmula  $\lambda(\alpha)$  com uma variável livre, conjunto é, de acordo com Badiou, todos os termos que têm a propriedade em questão, isto é, para os quais, se  $n$  é um termo,  $\lambda(n)$  é verdadeira. “Conjunto é o que conta-por-um o múltiplo de validação de uma fórmula”. A teoria afirma que ser um elemento de um conjunto não é estatuto do ser, mas “relação, ser-elemento, pela qual uma multiplicidade se deixa apresentar por outra” (Badiou, 1996, p. 45).

Qualquer multiplicidade consistente, devidamente apresentada em conjuntos, é chamada *situação* (Žižek, 2000, p. 128). Situação é, portanto, “toda multiplicidade apresentada”. Uma situação é o lugar do ter-lugar. Toda situação admite um operador

de conta-por-um que lhe é próprio” (Bosteels, 2010, p. 16). Essa multiplicidade não é a soma de uns, mas múltiplo de múltiplos. Uma situação é “estruturada e é essa estrutura que nos permite contar a situação como Uma” (Žižek, 2000, p. 129). Há, porém, uma reduplicação sobre a apresentação, surgindo a representação: os elementos, para constituir um conjunto, tem de ser apresentados, mas a representação trata da inclusão de subconjuntos. Por exemplo, os habitantes de uma cidade pertencem ao cadastro de moradores e cidadãos da cidade, são elementos desse conjunto, mas eles podem pertencer a vários outros subconjuntos, como “os habitantes masculinos que ganham mais de cinco salários mínimos” ou “mulheres chefes de família que trabalham doze horas por dia”. Isso constitui o *estado* da situação.

A filosofia de Badiou parte, portanto, de uma teoria das multiplicidades, de uma diferenciação entre multiplicidades consistentes e inconsistentes e entre apresentação e representação. A inconsistência não é apresentada, mas caracteriza a “pressuposição de que, a montante da conta, o um não é” (Badiou, 1996, p. 50). Partindo da teoria matemática dos conjuntos, uma apresentação conta elementos de um conjunto, que Badiou chama de conta-por-um. O um é o resultado operativo dessa conta – mas, em termos ontológicos, o um não é. O trajeto da ontologia de Badiou implica em evitar a ontologia poética (como em Heidegger), em que a figura do ser é construída como “entrega e dom, presença e abertura e da ontologia como proferição de um trajeto de proximidade” (Badiou, 1996, p. 17). À sedução da proximidade poética, Badiou opõe a dimensão subtrativa do ser: “direi que o ser, enquanto ser, não se deixa aproximar de maneira alguma, mas somente suturar em seu vazio à aspereza de uma consistência dedutiva sem aura” (Badiou, 1996, p. 17). Assim, ele procura desligar a “conexão heideggeriana do ser e da verdade e institui o sujeito, não como suporte ou origem, mas como fragmento do processo de uma verdade” (Badiou, 1996, p. 21).

## Representação e comunicação

A representação, por outro lado, não conta os elementos de um conjunto, mas seus subconjuntos. A inclusão está para a representação, assim como a pertinência está para a apresentação: “Qualquer tentativa de apresentar o ser enquanto ser choca contra um obstáculo insuperável sob o aspecto do excesso da representação sobre a pura apresentação” (Bosteels, 2010, p. 24). Isso ocorre porque os subconjuntos podem ser combinados num número maior de maneiras do que o próprio número dos elementos. Isso caracteriza um impasse ontológico, mas “assinala a excepcional intervenção do sujeito” (Bosteels, 2010, p. 24).

“

*O excesso de qualquer estrutura de representação sobre e acima de seus próprios recursos é questão de uma ocorrência rara e contingente. Isso se torna legível unicamente quando isso que sucede se faz contra o estado normal do dado. O evento (ou acontecimento) é esse algo, o qual é quase nada, que é suficiente para desencadear uma transformação radical da situação como um todo, o suplemento do que ocorre por cima do que é.*”

(Bosteels, 2010, p. 24)

A estrutura é definida por Badiou como o que prescreve, para uma multiplicidade apresentada, o regime da conta-por-um: “quando, numa situação, o que quer que seja é contado-por-um, isso significa somente sua pertença à situação no modo próprio dos efeitos de sua estrutura”. Assim, uma estrutura é aquilo pelo que “o número advém ao múltiplo apresentado” (Badiou, 1996, p. 16). Não é possível uma apresentação de ser, pois o ser advém em toda apresentação. A presença, na ontologia poética, é o contrário

da apresentação. Badiou opõe, à tentação da presença, o rigor do subtrativo, “em que o ser não é dito senão por ser inconjeturável por toda presença e por toda experiência” (Badiou, 1996, p. 20).

Não se trata de integrar estrutura e sujeito, pois cada parte pressupõe a outra. Sempre há excesso da representação sobre a apresentação, mas esse excesso ocorre somente nas raras ocasiões em que o evento tem lugar, e para isso é necessário que um sujeito intervenha, respondendo ao evento (Badiou, 1996, p. 25). O acontecimento é sempre colocado para uma situação específica: “não é uma criação *ex nihilo*<sup>5</sup> absoluta, mas uma produção que começa desde as bordas de um vazio que é próprio a esta ou aquela situação” (Bosteels, 2010, p. 25). Há uma ruptura no acontecimento em relação à ordem da existência, mas não se trata de algo que vinha escondido, em potencial, no interior da situação: “O sítio acontecimental é qualificado retroativamente pelo próprio acontecimento” (Bosteels, 2010, p. 25). Em outras palavras, o lugar do acontecimento aparece de dentro, escavado na própria situação que ele transforma.

“

*Devido ao seu lugar (site) um evento pode ser sempre localizado precisamente em um ponto específico da situação [...] Por exemplo: o lugar para o evento da ressurreição de Cristo era sua mortalidade e morte: a ressurreição foi situada no elemento da morte. O evento da ressurreição não poderia certamente ser inferido a partir da morte como tal (ao contrário), mas a aceitação de Cristo da morte, sua assumpção da mortalidade humana garantiu que esse evento fosse destinado aos seres humanos.”*

(Hallward, 2003, p. 117)

Essa intervenção toma a forma de um mecanismo na forma de anel através do qual o sujeito abre uma brecha mínima para sua própria condição de existência. Nenhum dos elementos do sítio acontecimental está apresentado na situação; ele é um múltiplo que pertence à situação, mas o que pertence a ele não pertence à situação. No sítio se produz uma articulação entre a estrutura do que é com o que acontece. No sítio a historicidade anterior se concentra de maneira sintomática. Diz Badiou:

*A conta-por-um deve prescrever aqui que tudo sobre o que ela legifera é multiplicidade de multiplicidades, e impedir que tudo o que é ‘outro’ do que o múltiplo puro – ou seja, o múltiplo disto ou daquilo, ou múltiplo de uns, ou própria forma do um – advenha à apresentação que ela estrutura.”*

(Badiou, 1996, p. 28)

Segundo Marchart, o acontecimento é uma figura da contingência, mas ele tem um sítio, um lugar dentro da situação, que se acha nas fronteiras do vazio constitutivo da mesma. A situação, como vimos, é um infinito múltiplo, lembrando que não há conceito definido de múltiplo:

*se uma situação é aberta, o que permite determinar então se um elemento dado pertence ou não a ela? O estado não é senão a operação pela qual os elementos ou subconjuntos de uma situação se codificam como pertencentes a ela e, portanto, a própria situação pode contar-se como uma. O estado tem o poder de definir relações, qualidades e propriedades dos elementos da situação. Pertence à ordem dos subconjuntos de uma situação dada e, como tal, constitui a linguagem da situação, que ‘mostra como um elemento pertence a tal ou qual subconjunto’.”*

(Marchart, 2009, p. 159)

Em Badiou, o novo está na emergência da verdade que se constrói no acontecimento e “não se encontra latente como um potencial oculto debaixo do velho”:

“

*Para Badiou a tarefa mais difícil consiste em articular a emergência de um acontecimento na separação ou rompimento no coração da representação do ser mesmo. Se isso é assim, então como podemos relacionar a ruptura do novo em uma situação dada se não podemos basear-nos na realização de um potencial oculto e tampouco podemos optar pelo lado oposto de romper completamente a conexão entre ser e acontecimento?”*

(Bosteels, 2010, p. 11)

Dada uma situação normal, imaginemos que algo ocorra de modo “anormal”, fazendo que algo que era antes impossível se torna “visível através do efeito retroativo da intervenção que ao mesmo tempo converte o impossível em uma possibilidade não escutada” (Bosteels, 2010, p. 19). Badiou substitui, portanto a categoria de potencialidade pela de impossibilidade. A impossibilidade histórica só aparece para um sujeito, que pode desbloquear esse impossível da situação, fazendo circular uma nova verdade: “isso significa que a verdade não só criou novas possibilidades e não só realizou um potencial oculto, mas também é responsável pela emergência de uma impossibilidade pelo efeito retroativo do sujeito” (Bosteels, 2010, p. 20). Diz Badiou:

“

*No que concerne à política, esta tem valor unicamente na medida em que prescreve uma ‘possibilidade’ para uma situação em que a norma imanente a define justamente como impossível – impossibilidade que inclusive se requer para que a situação seja consistente.”*

(Badiou apud Bosteels, 2010, p. 20)

Muito pouco do que tratam os enunciadores midiáticos é da ordem do acontecimento badiouano, na medida em que predominantemente eles defendem uma noção liberal e reformista de democracia, o que nos levaria, com Moretzsohn (2007), a propor um jornalismo contra os fatos. Enquanto pesquisadores permanecerem realizando análises discursivas centradas no texto, desconsiderando os acontecimentos a partir dos quais os sujeitos se engajam nos processos de verdades acontecimentais, o político continuará a se subordinar ao social ou ao cultural. Por essa razão, é importante situar o discurso dentro dos processos antagônicos de produção de acontecimentos, daí abordarmos acontecimento e discurso a partir de Badiou e Laclau. ●

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BADIOU, Alain. *Lógicas de los mundos*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: UFRJ/Zahar, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BOSTEELS, Bruno. Lógicas del cambio: de la potencialidad a lo inexistente. In: CAMARENA, Carlos Gomez; OLLEROS, Angelina Uzín (Org.). *Badiou fuera de sus límites*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.
- BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Sintesis, 1997.
- CAMARENA, Carlos Gomez; OLLEROS, Angelina Uzín (Org.). *Badiou fuera de sus límites*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.

- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heuristica. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HALLWARD, Peter. *Badiou a subject to truth*. Minneapolis: U. Minnesota Press, 2003.
- HOWARTH, David; NORVAL, Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis (Org.). *Discourse theory and political analysis*. New York: Manchester University Press, 2000.
- KATZ, Elihu; DAYAN, Daniel. *Media events*. Harvard, 1992.
- MARCHART, Oliver. *El pensamiento político posfundacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômico, 2009.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NORVAL, Aletta J. Trajectories of future research in discourse theory. In: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis (Org.). *Discourse theory and political analysis*. New York: Manchester University Press, 2000.
- PRADO, José Luiz Aidar. *Habermas com Lacan*. São Paulo: Educ, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal*. DVD. São Paulo: PUC-SP, Um dia sete dias – Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa, 2008.
- \_\_\_\_\_. O leitor infiel diante dos mapas da mídia semanal performativa. *Revista Fronteiras*. São Leopoldo: Unisinos, v. VII, n. 1, pp. 39-46, 2005.
- QUERÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. *The tiklisch subject*. London: Verso, 2000.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado na 22 Compós, em Salvador, em junho de 2013, no GR Comunicação e sociabilidade.

<sup>2</sup> Segundo Marchart (2009, p. 182) em Laclau e Mouffe ‘a sociedade’ não opera como fundamento dos processos sociais: “A razão disso reside em que o social se estrutura por – e através de – um duplo

movimento de fixação e desfixação. Por um lado, a ‘infinitude do social’ – uma metáfora do fato de que o social não pode, por princípio, suturar-se em uma totalidade fechada – garante que o social esteja sempre transbordando pelo ‘excesso de significação’ que o rodeia e, em consequência, seu próprio significado se torna desfixado em um jogo infinito de diferenças ao que Laclau denomina *o discursivo*” (Marchart, p. 182).

<sup>3</sup> Como nos diz Camarena, Badiou critica o hermeneuta, cuja figura ele liga à do sacerdote, pois sutura a verdade ao sentido para fazer homogênea filosofia e religião. O religioso acredita que o Um é. A questão do sentido está ligada à ontologia, que em Badiou se apoia na matemática dos conjuntos. Para Badiou não se trata de entrar nos jogos de linguagem característicos da filosofia do século 20, mas de não ligar as verdades à circulação do sentido. A filosofia deve, nos diz Badiou, subtrair ao pensamento a toda pressuposição de uma presença (Camarena, 2010, p. 89).

<sup>4</sup> Algumas traduções da obra de Badiou preferem traduzir *évenement* por evento, em função das teorias matemáticas envolvidas na ontologia de Badiou.

<sup>5</sup> Expressão latina que significa *nada surge do nada*.

<sup>6</sup> Lembremos aqui que em Laclau o fato de a sociedade ser impossível como totalidade é também ponto de partida negativo a partir do qual sua visão pós-fundamentalista constrói a renovação política do social.